

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **MÓVEIS E EQUIPAMENTOS** para atender às necessidades da **Procuradoria-Geral**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.1.1	Requisitante:	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
1.1.2	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Lei n.º 10.520/2002 c/c Lei n.º 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 599 de 03 de junho de 2020.
1.1.3	Prazo:	IMEDIATO, com prazo de, no máximo, 30 dias
1.1.5	Tipo:	Menor preço por item;

1.2. A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o quantitativo consolidado para aquisição do mesmo:

ITE M	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UNI DADE	QUANTI DADE
1	486528	<p>Poltrona/cadeira Tipo interlocutor, espaldar médio, fixa, com as seguintes características:</p> <p>Poltrona fixa, espaldar médio, de formato monobloco, com assento e encosto estruturado em compensado multilaminado, encosto de espuma de poliuretano flexível injetada.</p> <p>Estrutura fixa do tipo balanço, ou em “S”, onde o assento fica em suspensão, tubo elíptico de aço carbono com acabamento cromado. Braços ancorados ao assento e ao encosto.</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura total mínima – 590 mm (braço a braço), Altura total mínima – 935 mm (topo do encosto aos pés) e Profundidade total mínima 580 mm (assento incluindo encosto).</p>	Unid.	08

		<p>Composição/Material: Estofado Corino ou Courissimo Preto / Espuma Injetada / Madeira multilaminada Cor: preta Pés/Base: Fixa Cromada. Peso mínimo suportado: 120 kg. Certificado de conformidade com a NBR 13962. Garantia mínima de 12 meses - Deverão ser entregues montadas ou serem montadas no local da entrega.</p>		
2	238674	<p>Poltrona para recepção, fabricada com base de aço cromado, estofada com espuma laminada e revestida com couro sintético/corino preto. Base com sapatilhas plásticas. Material dos pés: Alumínio. Medidas: Altura 82 cm x Largura 62 cm x Profundidade 82 cm. Altura do chão ao assento 45 cm. Peso suportado: 120 kg Garantia mínima de 12 meses - Deverão ser entregues montadas ou serem montadas no local da entrega.</p>	Unid.	04
3	269653	<p>Armário de Aço com 02 (duas) portas de abrir com 06 prateleiras reguláveis. Peso suportado por bandeja/prateleira de aproximadamente 30 kg ou superior, reforçada, com dimensões aproximadas de 1980 x 900 x 400 mm (AxLxP), podendo variar no máximo 2 % dessa medida. Pintura em tinta eletrostática epóxi, na cor cinza, com tratamento antiferruginoso. Cremalheira inteiriça nas laterais, promovendo mais resistência e estruturação. Tratamento antiferrugem. Prateleiras com altura regulável. Pés niveladores + sapatas. Fechadura com duas chaves e um puxador. Garantia mínima de 12 meses - Deverão ser entregues montados ou serem montados no local da entrega.</p>	Unid	14
4	207209	<p>Mesa para impressora, estilo industrial, tampo em MDP/Metal, com acabamento em pintura uv na cor cinza, com 3 prateleiras. Peso mínimo suportado: tampo 40 kg; prateleiras 15kg. Dimensões aproximadas de 0,76 (A) x 0,45 (L) x 0,60 (P).</p>	Unid.	01

		Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		
5	390712	<p>Mesa escritório em L, modelo industrial, com base de mesa e pés em tubo de aço com acabamento em pintura epóxi-pó na cor cinza.</p> <p>Tampo reto confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) com aproximadamente 30 mm de espessura.</p> <p>Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), na cor preta.</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Mesa Principal Altura: 75 cm Largura: 150 cm Profundidade: 60 cm</p> <p>Mesa Complementar Altura: 75 cm Largura: 90 cm Profundidade: 45 cm</p> <p>Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.</p>		01
6	320016	<p>Bancada de Trabalho Profissional com estrutura em aço e tampo de MDF.</p> <p>Estrutura em aço carbono reforçada com pintura em epóxi na cor cinza.</p> <p>Tampo em painel de pinus 40mm maciço</p> <p>Tampo inferior em OSB 10mm fixo</p> <p>Pés antiderrapantes.</p> <p>Medidas aproximadas: 1,50 (L) x 0,60 (P) x 0,90m (A)</p> <p>Capacidade máxima: 500kg</p> <p>Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.</p>	Unid.	01

7	387928	<p>Balcão para atendimento recepção</p> <p>Produzido em painel de madeira termo estabilizada MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas.</p> <p>Estrutura:</p> <p>Tampo engrossado de 30mm, laterais, prateleiras e painel frontal em 15mm</p> <p>Pés com sapatas deslizantes niveladoras para regulagem de altura.</p> <p>Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida</p> <p>Medidas: 120 x 120 cm (L) 045 cm (P)</p> <p>Cor cinza.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.</p>	Unid.	01
8	343307	<p>MESA para Refeitório/Jantar Estilo Industrial Retangular Preta Com 6 Cadeiras</p> <p>Mesa com formato retângulo, modelo industrial, cor preta.</p> <p>Mesa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Base com pés em tubo de aço carbono preto, com pintura epóxi - Tampo em MDP de no mínimo 25mm de espessura com acabamento BP - Design industrial - Formato retangular - Sapatas plásticas - Pés niveladores com pintura epóxi - Fita de borda em PVC - Medidas aproximadas: 76 x 90 x 180cm (AxLxP) <p>Cadeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Feitas em Aço Carbono - Tintura Epóxi Eletrostática com proteção UV - Assento e encosto de polipropileno injetado na cor Preto. - Sapatas plásticas - Peso suportado até 100kg 	Unid.	01

		- Medidas aproximadas: 79 x 48 x 54,5 (AxLxP) Material: MDP, Aço Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		
9	264221	Armário multiuso 2 Portas Branco Matéria Prima: MDP Portas: 2 portas de batente Sistema Abertura: Dobradiça Puxador: ABS Prateleiras: 5 (6 nichos) Medidas aproximadas: Largura: 56 cm Altura: 169 cm Profundidade: 37,8 cm Peso suportado em cada prateleira: Até 10 Kg Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.		01
10	482591	Mural de aviso para fixação de fotos, avisos, etc. Medindo 120cm x 90 cm, base de cortiça, moldura em alumínio, espessura 12 mm.	Unid.	01
11	445090	Carrinho de carga , com proteções laterais, plataforma metálica, capacidade nominal de aproximadamente 500kg, dimensões aproximadas de 120x60x70 cm, pneus com câmara. Garantia mínima de 12 meses. Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.	Unid.	01
12	486335	Carrinho de carga , estrutura tubular, capacidade nominal de aproximadamente 150kg, dimensões aproximadas de 110x65cm, base com aproximadamente 35x25cm, com rodas pneumáticas. Garantia mínima de 12 meses. Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.	Unid.	01
13	412075	Televisão SMART TV LED , mínimo de 40'', full HD, 60Hz, mínimo de 3 entradas HDMI, entradas laterais de USB e AV, recurso Dolby Áudio, wi-fi integrado, função de espelhamento de telas, incluindo controle remoto, manual e cabos. Garantia de 12 meses.	Unid.	01

14	470674	Ventilador de Coluna-Piso Turbo com diâmetros aproximados de 50 cm, podendo variar em no máximo 5% para mais ou para menos, com material da grade em aço, na cor preta, baixo nível de ruído, com regulagem de altura da coluna e altura mínima de 120 cm, inclinação vertical regulável, contendo no mínimo três velocidades. RPM mínima de 1200 e Potência Mínima de 135 Watts. Hélice com no mínimo 3 pás, devendo ser certificado pelo INMETRO e com eficiência Energética Classe A. Voltagem: 220 Volts ou bivolt. Frequência 60Hz. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser entregue montado ou ser montado no local da entrega.	Unid.	01
15	226744	APARELHO DE AR CONDICIONADO COMPLETO, MODELO SPLIT DE 9.000 BTUS - AR FRIO/QUENTE - VOLTAGEM: 220 V. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser instalado no local da entrega	Unid.	02
16	244046	APARELHO DE AR CONDICIONADO COMPLETO, MODELO SPLIT DE 12000BTU - AR FRIO/QUENTE - VOLTAGEM: 220 V. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser instalado no local da entrega.	Unid.	01
17	Não achei	APARELHO DE AR CONDICIONADO COMPLETO, MODELO SPLIT 16000BTU - AR FRIO/QUENTE - VOLTAGEM: 220 V. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser instalado no local da entrega.	Unid.	02
18	226747	APARELHO DE AR CONDICIONADO COMPLETO, MODELO SPLIT 24000BTU - AR FRIO/QUENTE - VOLTAGEM: 220 V. Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser instalado no local da entrega.	Unid.	03

1.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste Termo de Referência e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste Termo.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO



2.1. A presente aquisição se faz necessária para a estruturação da Procuradoria-Geral do Município, considerando a mudança do órgão para novo endereço (**Rua Moisés Amélio, 07, 1º piso, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-210**) e a necessidade de adequação e atendimento às normas da NR-17, proporcionando condições de trabalho adequadas aos funcionários.

2.2. Os bens objetos da aquisição não foram requeridos na licitação realizada para suprir a demanda das diversas Secretarias Municipais, tendo em vista que à época da solicitação à Procuradoria-Geral do Município não tinha a definição da nova sede.

2.3. Tal aquisição irá suprir a demanda do setor e será procedida via **PREGÃO ELETRÔNICO**.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão concorrer neste certame as sociedades empresariais e empresários que se enquadrarem nas seguintes situações:

3.1.1. para os itens da COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS, poderão participar as empresas que estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

3.1.2. suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02;

3.1.3. impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

3.1.4. na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

3.1.5. sociedades empresariais que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

3.1.5.1. será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira;

3.1.6. sociedade empresária ou empresário proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, §8º,V, da Lei Federal n.º 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);



3.1.7. empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei n.º 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

3.1.8. que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93;

3.1.8.1. entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93 a participação no certame da empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

3.1.9. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

3.1.10. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.2. Será considerado comportamento inidôneo o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente da aquisição dos bens descritos no presente Termo de Referência ocorrerá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho especificado a seguir:

Secretaria	Programa de trabalho	Fonte de Recurso	Código de despesa
Fundo da Procuradoria Geral	41001.0412200012.002	175900000013	44.90.52.12 e 44.90.52.13

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA
FRIBURGO**

CNPJ: 20.132.609/0001-21

**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O**ANEXO V**

5.1. O fornecimento será efetuado de forma imediata, com prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias após a data de envio da Nota de Empenho, no endereço abaixo:

Nome do requisitante:	PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Endereço:	Endereço: Rua Moisés Amélio, 07, 1º piso, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-210.
Horário de entrega:	Horário de entrega: De Segunda à Sexta-feira das 09 horas às 16 horas.

5.2. Devido a questões de logística, o local da entrega poderá ser alterado pela CONTRATANTE, desde que seja efetuada dentro dos limites geográficos do Município de Nova Friburgo. Todas as informações de entrega estarão previstas no ato do envio da Nota de Empenho e Requisição.

5.2.1. Os serviços de montagem do mobiliário serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 09:00 às 16:00 horas, podendo, a critério da Procuradoria, ser deslocados para outros horários (noturno ou dias não úteis), caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Contratante, sem ônus adicionais ao contrato.

5.3. A entrega, montagem e instalação deverá ser agendada com antecedência não inferior a 72 (setenta e duas) horas, para que sejam disponibilizados endereços de entrega dos itens, quando necessário.

5.4. Os itens constantes no subitem 1.2 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

5.5. Caso os itens apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

5.6. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.



5.7. No momento da entrega, os itens deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

- 5.7.1. Manual de operação;
- 5.7.2. Manual de serviços;
- 5.7.3. Esquemas eletrônicos;
- 5.7.4. Procedimentos de calibração;
- 5.7.5. Procedimentos de manutenção preventiva;
- 5.7.6. Certificado de garantia;

5.8. A CONTRATANTE disponibilizará um servidor para acompanhar as entregas, montagem e instalação dos itens, sendo preferencialmente, o agente patrimonial da Secretaria requisitante.

5.9. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 04 (quatro) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.10. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo para contratante;

5.11. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e montagem do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DA LIQUIDAÇÃO



6.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto n.º 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto n.º 313 de 10 de outubro de 2019.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 7.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 7.1.3. FGTS;
- 7.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 7.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 7.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

7.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

7.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º. 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 8.1.1. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3. Atestar as notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

ANEXO V

8.1.4. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.5. Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

8.1.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

8.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Efetuar a entrega, o transporte, a descarga, a instalação e a montagem dos itens, caso sejam entregues desmontados, em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas no item 8;

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos itens, suas partes e acessórios, obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus para a Contratante, dentro do prazo de 12 (doze) meses, no mínimo;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

ANEXO V

9.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

9.5. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro) horas à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7. Manter preposto aceito pela Procuradoria-Geral do Município para representá-la na execução do Contrato;

9.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato;

9.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.10. Fornecer o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

9.11. Arcar com todo material, ferramentas e mão de obra utilizados para montagem ou instalação dos itens;

9.12. Responsabilizar-se por qualquer adulteração do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega;

9.13. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Procuradoria-Geral do Município.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS



10.1. Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93;

12.2. Será disponibilizado um ou mais servidores para acompanhar as entregas, montagem e instalação dos itens, dentre eles, preferencialmente, o agente patrimonial da Secretaria requisitante;

12.3. Os fiscais designados deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

12.4. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos listados a seguir:

Servidor	Matrícula	Designação
Wilson Guimarães Vianna	62.048	Fiscal titular
Maíque Júnior Silva de Lima	62.480	Fiscal substituto
Felipe Barros de Oliveira	62.980	Gestor titular
Arthur Sartori Tozato Rodrigues	63.048	Gestor substituto



12.5. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa a contratada que:

13.2.1. Não assinar a Ata ou aceitar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.2.2. Apresentar documentação falsa;

13.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.2.5. Não manter a proposta;

13.2.6. Cometer fraude fiscal;

13.2.7. Comportar-se de modo inidôneo.

13.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

13.4.1. Advertência;

13.4.2. Multa:

13.4.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;



13.4.2.2. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.4.2.3. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

13.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

13.6. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

13.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA GARANTIA

15.1. Declarar, detalhadamente, a garantia dos itens fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

16. DA RESCISÃO



16.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Procuradoria-Geral do Município o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

16.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, constitui motivo para a rescisão da contratação o atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à secretaria requisitante, bem como o cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Procuradoria-Geral do Município.

16.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

Nova Friburgo, 19 de Abril de 2023.

Responsáveis pela elaboração:

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães
Subprocurador de Processos Administrativos
Matrícula 62.770

De acordo:

João Paulo Figueiró dos Santos
Procurador Geral do Município
Matrícula 63.010